

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data ____/____/____

cod. 02D00021

ASSENTAMENTOS HUMANOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Secretário: Dr. José Pedro de O.Costa

Execução: . Grupo de Parques e Reservas

Coordenação: Clayton F.Lino

. Grupo da Terra

Coordenação: Adriana Matoso

Fausto P.Campos

Coordenador do Projeto : Clayton F.Lino

SP - Abril/86

Acervo
ISA

I - IDENTIFICAÇÃO

- TÍTULO DO PROJETO:

"ASSENTAMENTOS HUMANOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO"

- COORDENAÇÃO:

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

- PARTICIPANTES:

Órgãos Públicos ligados à Questão Ambiental

Instituições de Ensino Superior

Organismos Internacionais de Apoio à Pesquisa

- LOCALIZAÇÃO GENÉRICA:

Unidades de Conservação do Estado de São Paulo

- ÁREAS DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIAS:

PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

Estação Ecológica de Juréia/Itatins

Piçinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar)

Região Lagunar de Cananéia/Iguape

II - PROBLEMÁTICA

Embora lento até o final do século passado, o processo de desmatamento no Estado de São Paulo sofreu uma violenta aceleração com o surto cafeeiro e a decorrente expansão das ferrovias com trens movidos a lenha. Segue-se então a desordenada diversificação da lavoura (cana-de-açúcar, laranja e algodão) e a crescente demanda de carvão exigida pelo surto industrial. Em consequência, dos 74% de florestas nativas do início do século, em meados dos anos 50 restavam apenas 20%.

No esforço de fazer frente a essa vertiginosa devastação, nas últimas décadas passaram a ser criados diversos parques e reservas florestais que abarcam uma significativa área dos 6% hoje remanescentes da cobertura florestal original do Estado, concentrada em sua quase totalidade na faixa litorânea.

Compreendendo toda a extensão da Serra do Mar e Vale do Ribeira, essa região se manteve relativamente isolada e protegida graças a fatores como relevo acidentado, terras impróprias para a agricultura, clima chuvoso, carência de transportes e vias de acesso, etc. Por longo período de tempo à margem dos grandes ciclos agrícolas do passado, e, por essa mesma razão, tendo se convertido na última grande reserva de recursos naturais no Estado, essa região tornou-se alvo de crescentes interesses especulativos e de explorações predatórias. Paradoxalmente a preservação para a qual em parte haviam contribuído esses parques e reservas, acabou resultando no processo de valorização que veio vitimá-los através da grilagem e extrativismo clandestino.

Quanto à manutenção dessa integridade ambiental através dos séculos, merece destaque o fato de que isso se deveu menos a um suposto nível elevado de despovoamento, do que a formas de ocupação radicalmente distintas daquelas sucessivamente em voga no restante do Estado. Não se trata (como dão testemunho os inúmeros sambaquis) de que ali esteve ausen

te a ação humana, mas que de alguma maneira, no passado ou no presente, vários tipos de assentamento lograram formas de subsistência harmônica com o meio circundante. Apesar dos repetidos ciclos de abandono e estagnação econômica a que esteve sujeita, essa região é pontilhada por um respeitável número de antigos povoamentos, apresentando os mais variados perfis culturais, étnicos, sociais e econômicos - bairros rurais, comunidades pesqueiras, aldeias indígenas, etc.

Apenas na região lagunar de Iguape e Cananéia foram localizados 84 assentamentos humanos, distribuídos da seguinte forma:

Cananéia - 40 núcleos: 6 na Ilha de Cananéia
6 na Ilha Comprida
9 na Ilha do Cardoso
19 no Continente

Iguape - 44 núcleos: 39 no Continente
5 na Ilha Comprida (*)

Várias dessas comunidades tradicionalmente voltadas para a atividade pesqueira, apresentaram uma significativa alteração na estrutura ocupacional com a entrada maciça do turismo. Na comunidade de Pedrinhas - Ilha Comprida onde o turismo se desenvolveu intensamente, houve um deslocamento da atividade pesqueira para o trabalho como caseiro e na construção civil. A irregularidade da atividade produtiva (pesca e agricultura de subsistência) e a dificuldade de obtenção de outras alternativas de renda, levam os pescadores a aceitar qualquer outro tipo de trabalho que, mesmo mal remunerados, garantem um mínimo para sua sobrevivência.

(*) - Fonte: "Plano de Monitoramento Sócio-Econômico da Região Lagunar Cananéia/Iguape" - Equipe Social da ETRN SUDELPA.

Quanto aos posseiros, ocupantes dessas terras há duas ou mais gerações, e dispersos pelos pontos mais remotos dessa vasta região, o certo é que a ruptura de seu isolamento em anos recentes vem resultando no acelerado esfacelamento de suas formas tradicionais de subsistência, forçando-os a três alternativas quase inelutáveis. O extrativismo: por que o corte de palmito, ao contrário dos magros produtos de suas roças, pode imediatamente ser convertido em dinheiro. O assalariamento: uma vez que impossibilitados de manter seu próprio sustento, passam a vender sua força de trabalho (como bóias-frias, p.ex.). E, por último, a venda de posse: quando seduzidos por quantias em dinheiro vivo que jamais sonharam obter, se desfazem da terra por propostas aviltantes.

Cabe ressaltar, entretanto, que o extrativismo não pode ser considerado vocação particular dessas comunidades, tendo se acentuado a partir da demanda de indústrias que gradativamente tem se instalado nas sedes municipais da região (grande parte delas em situação totalmente irregular). Face à progressiva obsolescência de suas técnicas de cultivo para fazer frente à economia de mercado, a dificuldade de escoamento de seus minguados excedentes, a dependência de bens industrializados, e a necessidade de gêneros que não podem produzir - consequências da irreversível degeneração da economia caipira da qual são os derradeiros remanescentes - a exploração clandestina de palmito, caxeta, madeira, plantas ornamentais, etc., vem tomando um papel destacado na composição de renda dessa população.

Mas o problema básico que permeia todas essas atividades produtivas (pesca, agricultura, extrativismo) é a questão da posse da terra, que tem gerado o aparecimento de graves conflitos. Essa situação leva em muitos casos a expropriação da terra e dos meios de produção. A inexistência de titulação e de assessoria jurídica na orientação de seus direitos, tem facilitado economicamente a ação dos especuladores, e, como já seria possível prever, é no interior das uni-

dades de conservação que se encontra a maior parte dos conflitos fundiários detectados na região; isto é: aproximadamente 90% (*).

Por último, há que se mencionar que devido ao descaso e omissão dos órgãos responsáveis em épocas passadas, esses assentamentos, como a região toda de um modo geral, padece de total precariedade de serviços e equipamentos públicos. Por outro lado, apesar de sediar vários institutos de pesquisa e de ter sido objeto de sucessivos estudos por parte de instituições de ensino superior, impera como que uma dupla deficiência no intercâmbio de informações entre a comunidade científica e as populações nativas. Por uma via estas se veem impossibilitadas de se apropriarem de métodos e técnicas para o aproveitamento racional dos recursos disponíveis, e na via inversa o conhecimento técnico-científico se revela carente de autoridade para orientar projetos ou regulamentações, ao ignorar a face cultural, social e humana de qualquer intervenção ambiental.

(*) - Fonte: Grupo da Terra - SUDELPA.

III - JUSTIFICATIVAS

Tendo em vista:

1. Necessidade de contenção do progressivo avanço das formas de exploração predatória e especulativas nas unidades de conservação;
2. A falta de uma estratégia de ação dos diversos trabalhos técnicos desenvolvidos por órgãos públicos na região;
3. A carência de recursos humanos qualificados e infra-estrutura para desenvolvimento destes projetos na região em questão;
4. Falta de sistematização das informações disponíveis sobre os aspectos sociais e ambientais atinentes às várias Unidades de Conservação do Estado;
5. A inexistência de canais de consulta junto às comunidades, no tocante a projetos e ações governamentais direcionados à região;

Considera-se relevante a elaboração do presente projeto.

IV - OBJETIVOS

1. GERAIS:

- Definir estratégias de contenção do processo de devastação e grilagem das unidades de conservação.
- Articular, orientar e racionalizar todas as ações de uma maneira ou outra incidentes sobre essas áreas e suas respectivas populações.
- Possibilitar o estabelecimento de critérios e parâmetros que subsidiem a fixação de uma política de proteção de áreas naturais compatível com a dinâmica social, cultural e econômica dos diversos tipos de assentamentos locais.
- Viabilizar instâncias de participação permanente das populações envolvidas, no tocante a programas, projetos e legislações a que estiverem afetos.
- Estabelecer formas estáveis de interação com essas comunidades, logrando a transferência de tecnologias efetivamente adequadas a seu meio, usos e recursos.
- Promover a atuação conjunta de órgãos e instituições de ensino superior através de estágios, pesquisas, prestação de serviços ou outras modalidades de participação.
- Propiciar o adestramento e capacitação de técnicos e pesquisadores através de convênios de intercâmbio e assessoramento técnico-científico com entidades nacionais e internacionais voltadas para projetos de desenvolvimento auto-sustentado.
- Estimular a fixação de recursos humanos qualificados na área de atuação abrangida pelo projeto.

- Articular a integração institucional de programas específicos relativos às questões fundiária, minerária, agrícola.
- Categorizar todos agentes externos em suas múltiplas formas de interveniência sobre a realidade dessas comunidades.
- Analisar a cadeia de funcionamento de extrativismo clandestino e propor formas de controle efetivo.
- Efetuar revisão crítica de toda legislação referente a unidades de conservação.
- Viabilizar a criação de um centro de estudos com ênfase especial às questões relativas ao desenvolvimento sustentado da região.

V - METODOLOGIA

Partindo do princípio de que somente o conhecimento do histórico e situação atual de cada comunidade e a compreensão de suas complexas relações agro-ecológicas e sócio-econômicas podem viabilizar o entendimento da realidade regional, e o conseqüente apontamento de sugestões e recomendações para o desenvolvimento auto-sustentado dessas comunidades, estabeleceu-se o seguinte esquema metodológico de trabalho:

1. GEOGRAFIA:

1.1 - Levantamento aerofotogramétrico para elaboração de bases cartográficas em escala 1:10.000

1.2 - Sensoriamento remoto para o mapeamento de:

1.2.1 - Ocupação humana existente

1.2.2 - Áreas de cultivo

1.2.3 - Áreas degradadas

1.2.4 - Áreas intocadas

1.3 - Levantamento de ações externas:

1.3.1 - Loteamentos projetados
vendidos

implantados

1.3.2 - Áreas requeridas para minerações

2. ZONEAMENTO ECOLÓGICO DO MEIO FÍSICO - CARACTERIZAÇÃO DE:

2.1 - Unidades ecológicas existentes

2.1.1 - Fauna, flora, clima, sistemas hídricos, etc.

2.2 - Unidades de ocupação

2.2.1 - Existentes

2.2.2 - Inadequadas

2.2.3 - Possíveis

3. MEIO SOCIAL:

3.1 - Caracterização agro-ecológica / sócio-econômica / histórico / tecnológica - por unidade ecológica :

(metodologia já em aplicação conjunta Brasil/França ,
através da EMBRAPA).

4. TRATAMENTO DE DADOS:

4.1 - Cruzamento de experiências

4.2 - Diagnóstico das áreas pesquisadas

5. PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES:

5.1 - Expectativas

5.2 - Tendências

5.3 - Troca de informações

5.4 - Discussões entre técnicos, pesquisadores e habitantes

5.5 - Pesquisas e experimentos aplicados

6. REVISÃO CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE PARA UNIDADES DE PRE
SERVAÇÃO BASEADA NESTAS DISCUSSÕES E ESTUDOS

7. ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

7.1 - Propostas piloto para áreas específicas

7.1.1 - Desenvolvimento agrícola compatível com as Uni
dades de Conservação

7.1.2 - Recuperação de áreas degradadas

7.1.3 - Articulação dos produtores para viabilização
econômica da produção

7.1.4 - Cultivo e criação de produtos silvestres ou ma
rinhos antes apenas extraídos e não renovados

7.2 - Controle do extrativismo predatório

7.3 - Articulação e viabilização da aplicação das propostas
experimentadas e bem sucedidas.

As informações coletadas alimentariam um
banco de dados que funcionaria como fonte de consulta a todos

órgãos e instituições que desenvolvam projetos na região, para:

- indicação de carências e prioridades de cada comunidade;
- realização de trabalhos que visem a regularização de ocupação das terras de seus habitantes tradicionais;
- formulação de propostas de educação ambiental vinculada a uma assistência técnica de produção, visando aprimorar ou implantar novas atividades econômicas adequadas às vocações detectadas;
- viabilização de inserção mais efetiva dos produtos locais na economia de mercado, e
- criação de um sistema de troca de informações (órgãos/universidades/comunidades) que possibilitasse não só a atualização dos dados, mas a agilização das ações do Estado frente às reivindicações e prioridades dos moradores locais.

VI - INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Além da avaliação processual - que deve acompanhar cada etapa do processo - sobrepõe-se um segundo nível de avaliação, mais complexo e abrangente, que é o da ação como um todo.

Nesse nível os agentes, externos e sociais, devem avaliar as condições intervenientes na ação:

- técnicas
- políticas
- financeiras
- materiais
- institucionais
- humanas
- apoio logístico
- infra-estrutura básica
- etc. ...

Uma avaliação realista da eficiência e amplitude da ação deverá necessariamente partir do cruzamento de todos esses fatores.